
EDITORIAL

DIALOGO E CONSENSO

O rápido processo de modernização imposto ao nosso país deixou em ruínas os marcos axiológicos, respeitados e venerados por nossos pais e avós. A sociedade atual não mais dispõe de um sistema estruturado de valores de reconhecimento universal. A sinfonia do passado cedeu lugar à cacofonia plural e ruidosa de grupos diversos a apregoar as convicções à semelhança da atmosfera tensa de uma bolsa de valores. Este fenômeno, um tanto quanto caótico, não respeita família, classes sociais ou confissões religiosas, tendo sua ação intensificada pelos poderosos meios de comunicação social. Esta situação é ainda agravada pela alta cotação dos valores econômicos e de promoção social, em detrimento dos valores do setor familiar, religioso e comunitário. O caos axiológico e a ânsia do consumo produzem assim uma sociedade insatisfeita e em profunda crise de consciência moral.

Como parte desta sociedade também a Igreja é atingida por este estado de coisas. Arriscaríamos mesmo afirmar que a grande maioria das tensões que atualmente a agitam, têm aqui a sua raiz. De fato, ensinamos a história que os fatores culturais, geopolíticos e sociais são em ampla escala determinantes nas dissensões intra-ecliais constituindo as doutrinas ou decisões em debate apenas o estopim em que se incendiam os ânimos já acirrados por outras causas mais profundas e globais.

O presente conflito intra-eclial decorre, em parte, das novas e urgentes questões lançadas à Igreja pela sociedade atual, as quais são não só complexas e radicais, mas também originais com relação aos desafios do passado. A doutrina tradicional revela-se insuficiente para dar-lhes resposta. As tentativas de fazer-lhes frente vão depender muito dos conhecimentos humanos daqueles que empreenderem respondê-las (cf. GS 44). Não é, pois, de admirar que as soluções diverjam entre si, como foi reconhecido no Concílio Vaticano II (cf. GS 43), embora tal fato gere certo desconforto em mentes habituadas a tempos mais tranqüilos.

Além disso, a atual Sociologia da Religião aponta para a relação entre aquele que teologiza e uma determinada camada social, a cujos clamores ele é sensível e da qual se faz o porta-voz. Consciente ou não, tais alianças existem e confirmam estar o principal foco das divergências

não na doutrina, mas na diversa leitura do contexto social, motivada por interesses diversos.

O pluralismo das expressões de fé é um fato inevitável, que só nos resta aceitar. A justa preocupação com a unidade da Igreja deve levar-nos a refletir sobre os limites do mesmo — como vem acontecendo ultimamente —, mas nunca a querer erradicá-lo como erva daninha, produto de cabeças poucos ortodoxas. Neste sentido temos muito que aprender da história da Igreja, sempre zelosa em respeitar a diversidade teológica. O Concílio de Trento evitou fechar questão sobre pontos discutidos entre as escolas teológicas católicas. A essa atitude subjazia a convicção de que fazer calar uma corrente teológica apenas atrasa a manifestação mais plena da verdade cristã. Ensinava-o já a experiência do Concílio de Calcedônia que se tornou imperiosamente necessário apenas vinte anos depois do Concílio Efesino, para recuperar a teologia antiqüena silenciada em Éfeso. Confirma-o o exemplo do Vaticano II que, meio século depois da crise modernista, reconheceu ser preciso assumir o que havia de legítimo nas aspirações daquele movimento.

Mas não podemos desconhecer que vivemos num mundo onde as ideologias se digladiam numa luta de vida ou morte, na defesa de sistemas sócio-econômicos e no fortalecimento de hegemonias conquistadas. Na arena deste planeta, quem não professa o mesmo credo deve ser eliminado, o diferente é, sem mais, o inimigo. Usam-se os modernos meios da ciência e da tecnologia para destruí-lo, ou para tê-lo acuado, premido e dominado. É o mau uso do poder, que acompanha como uma sombra o exercício da política. Todas as misérias que tornam hoje a convivência humana tão difícil, têm na vontade de dominação a sua causa.

E é exatamente a este mundo que a Igreja se apresenta como sacramento do Reino, sinal do amor e da fraternidade, da comunhão e da participação, para todos os homens. Por isso, ela, mais do que outra qualquer instituição, deve viver a realidade que simboliza e exprime. Toda discrepância entre realidade vivida e função simbólica acarreta perda de credibilidade naquilo que a Igreja tem de mais essencial: ser comunidade-sinal da salvação realizada em Jesus Cristo, ser comunidade-sinal dos valores do Reino de Deus, ser comunidade-sinal, na fraqueza da condição humana e na força do Espírito, do amor e da fraternidade entre os homens. A fé comum no mesmo Deus de Jesus Cristo, animada pelo mesmo Espírito Santo, que congrega os cristãos numa comunidade salvífica, não impede a pluralidade de expressões e de acentos na compreensão e vivência dessa fé. A fé só existe refratada na realidade pessoal e social do cristão. Nada mais natural, portanto, do que a formação de grupos na Igreja, gerados pela diversa sensibilidade diante de uma sociedade altamente problemática.

Num quadro de conflitos intra-eclesiais há determinadas instâncias a serem levadas em consideração. Os bispos têm o direito e o dever de intervir em defesa da fé de suas ovelhas, quando tal se faça necessário. A ação do Espírito atinge todo o Povo de Deus, cujo "sensus fidei" deve ser expresso e respeitado. Aos teólogos compete explicitar e tornar mais acessíveis os dados da fé, bem como denunciar e corrigir desvios e acentuação parciais. Aceitando e reconhecendo as diversas competências, não vamos deter-nos aqui neste tema. Sobre limites, direitos e deveres de cada um dos implicados muito já se escreveu (e se continuará escrevendo), sem grandes resultados práticos. De fato, os conflitos intra-eclesiais não se deixam amainar só a partir de princípios teóricos. Em geral desaparecem quando muda o contexto social que os provocou.

Esta visão realista não consegue, entretanto, desfazer uma séria preocupação com o quadro atual da Igreja em nosso país. Nota-se, na verdade, um crescendo na radicalização das posições e no endurecimento dos grupos em tensão. A dificuldade em ouvir, entender, acolher, integrar o que não sintoniza perfeitamente com a própria concepção é manifesta e evoca atitudes típicas de grupos ideológicos, mais escandalizando e desorientando o Povo de Deus do que abalando a posição do outro grupo. Não pretendemos instaurar um processo aos personagens aí implicados e muito menos pôr em suspeita a retidão de suas intenções. Mas não podemos deixar de denunciar a modalidade atual do confronto, que, enquanto visa à destruição do outro, não é de modo algum cristã. Na boca de seu personagem, o perspicaz franciscano Guilherme de Baskerville, Umberto Eco coloca palavras carregadas de sentido para nossa situação concreta, quando escreve que "freqüentemente são os inquisidores a criar os hereges. E não apenas no sentido de que eles os imaginam quando não existem, mas no sentido de que reprimem com tanta veemência a praga herética a ponto de impelir muitos a se tornarem partícipes, por ódio a eles. Na verdade, um círculo imaginado pelo demônio, que Deus nos livre" (U. Eco, O Nome da Rosa, p. 68).

Nesta situação muito ajudaria ter em consideração que a instância última da ortodoxia é o próprio patrimônio revelado, objeto da fé da Igreja. A esta "regula fidei", na conotação semântica dos primeiros séculos cristãos, devem todos se submeter, mesmo o magistério eclesiástico (cf. DV, LG 25). Assim a autoridade eclesiástica deve equilibrar o seu justo zelo pela unidade com a abertura sincera à verdade. Governa-se com decisões e, na verdade, não se pode ou deve justificar em público cada decisão tomada; mas não se deve tampouco fazer da exceção regra, pois toda medida que atinja pessoas ou instituições e que não for respaldada pela razão cristã, é para os nossos contemporâneos autoritarismo ideológico e expressão de dominação. Mas também o é, embora mais su-

til, pretender monopolizar o discurso da fé, sacrificando a mensagem cristã no altar da eficiência e reduzindo-a à temática promotora de transformações sociais justas e urgentes. Tanto a unidade da Igreja quanto a luta pela justiça são verdades da nossa fé, mas se tornam deletérias quando absolutizadas e não mais confrontadas com a verdade plena da fé eclesial.

A primazia da "regula fidei", a autoridade da "parádoxis", em vigor durante séculos na Igreja antes de ser indevidamente destronada em proveito de instâncias hierárquicas, exprimia-se sobretudo por ocasião dos grandes Concílios, nos quais o consenso revelava a ação do Espírito e a verdadeira fé da Igreja. Neste contexto aparece toda a importância de um organismo como a CNBB, onde as diversas correntes do episcopado podem fazer-se ouvir, a experiência cristã de cada pastor é confrontada com as dos demais, e o consenso atesta a orientação do Espírito e confirma o perfil de uma Igreja Particular.

A vida do diálogo e do consenso é a única capaz de pôr fim ao que denunciemos aqui. Porém esta via é longa, exigente e penosa. Supõe naqueles que a trilham, as mesmas atitudes que Cristo viveu e proclamou: liberdade verdadeira, humildade, amor incondicional pelo outro. A razão está muito mais condicionada pelo coração do que imaginamos. Daí a necessidade urgente de que os ânimos se desarmem. No fundo não estamos habituados a viver os conflitos como cristãos, e devemos aprendê-lo. Assim fazendo, seremos testemunhas da força do Espírito e da atualidade perene de Jesus Cristo e provaremos ser possível viver comunhão e participação em meio à fragmentação inevitável de uma sociedade em crise.